



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO – MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

21 de Fevereiro de 2011

Abaixo o salário mínimo de fome de Dilma/PT/PMDB PELO SALÁRIO MÍNIMO VITAL COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE

Finalmente, o circo montado pelo governo, CUT e Força Sindical em torno do reajuste do salário mínimo teve fim com a votação pela Câmara Federal na sessão de 16 de fevereiro. A esmagadora maioria aprovou R\$ 545, que sequer cobrem integralmente as necessidades alimentares de uma família de 4 pessoas.

Cerca de 30 milhões da população ativa e 18 milhões de aposentados sobrevivem com o salário mínimo. São 48 milhões que arcam com o maior peso da exploração capitalista. Somam-se outros milhões que vegetam com menos de um salário mínimo e temos uma vasta camada de brasileiros esmagada pela miséria.

O novo governo do PT/PMDB e a Câmara dos Deputados, assim, acabam de impor mais um salário mínimo antioperário e antipopular.

Vicentinho, ex-presidente da CUT, foi escolhido a dedo pelo PT para fazer a relatoria do projeto do governo. O gesto macabro do sorridente ex-metalúrgico de prestar serviços à aprovação dos R\$ 545 mostrou o ponto em chegou a podridão da burocracia sindical.

Lula pôde enganar os explorados com seu ajuste acima da inflação. Mas não cumpriu sua promessa de dobrar o valor do salário mínimo. Ao término de seu mandato, deixou para Dilma a recomendação de não ir muito além de R\$ 540. Diante da insistência de Paulinho, deputado pelo PDT e presidente da Força Sindical, de convencer os deputados a aprovarem R\$ 569, Lula exigiu que os burocratas cumprissem o acordo feito em seu governo.

A média de crescimento da economia nos dois últimos anos foi baixa e a inflação oficial atingiu pouco mais de 5%, caberia então aplicar esse cálculo definido em acordo. Resultado: um reajuste abaixo da alta do custo de vida. Não importa se os milhões que sobrevivem com o salário mínimo vão passar fome. O que importa é proteger os interesses dos capitalistas e de seu Estado.

Os burocratas da CUT (PT), da Força (PDT) e CTB (PCdoB) fizeram cena com R\$ 580. Não se empenharam para mobilizar os explorados. A CUT e a CTB comportaram-se como carneirinhos diante da votação. A Força esboçou uma oposição apenas para marcar posição. O PSDB para não seguir o governo arvorou-se como bom samaritano e demagogu propondo R\$ 600.

Esses politiquinhos da burguesia fazem todo esse carnaval para comparecer perante as massas famintas como representantes da democracia. Como se tudo fosse discutido e as divergências fossem naturalmente resolvidas pelo voto parlamentar. De fato, governo, deputados e burocratas sindicais estiveram irmanados em torno de um salário mínimo de fome. R\$ 545, R\$ 560, R\$ 580 ou R\$ 600 perpetuam a miséria.

E a nova Central Sindical e Popular- Conlutas (CSP-C), o que defendeu e o que fez? Mostrou-se incapaz de fazer uma campanha nacional em defesa do salário mínimo vital. E defendeu um valor muito abaixo do apurado pelo Dieese de R\$ 2.227,53. Juntamente com a Intersindical, burocratas de Federação e Confederações, a CSP-C comprometeu-se com a bandeira de reajuste de 62%, o mesmo aprovado pelos deputados para aumentar seus ganhos. Ou seja, um salário mínimo reajustado para R\$ 826,20.

Façam o cálculo de quanto uma família de 4 pessoas necessita apenas com alimento e transporte, para se ver que o salário mínimo de R\$ 826,20 também perpetua a miséria. Mas nem mesmo esse valor, a CSP-CE e a Intersindical foram capazes de levar à classe operária e à juventude oprimida.

O PSTU que dirige a CSP-C vem renunciando à antiga defesa que fazia do salário mínimo do Dieese. E se aproximando do reformista PSOL, que controla a Intersindical. Agora, assumiu a bandeira de um salário mínimo reajustado em 62%, com a promessa de um dia chegar ao valor calculado pelo Dieese.

A CSP-C colocou-se no terreno do reformismo, negando-se a defender o salário mínimo vital (e sequer o do Dieese) e defendendo o reajuste gradual. A defesa de um salário mínimo que não cobre todas as despesas da família operária e do gradualismo é próprio da política reformista e oportunista.

Há uma diferença irreconciliável entre o salário mínimo e o salário mínimo vital. O primeiro é calculado segundo os interesses da classe capitalista e o segundo é calculado segundo as necessidades reais de uma família trabalhadora.

O POR defende que os sindicatos e centrais apresentem os cálculos em assembleias. Os valores reajustados com a alta do custo de vida exigem um **SALÁRIO MÍNIMO VITAL de R\$ 3.824,00**. Diante da inflação em alta, coloca-se a reivindicação de **ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE**.

Não aceitemos o salário mínimo de fome do governo Dilma. **PELO SALÁRIO MÍNIMO VITAL COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE!**

Escreva para Caixa Postal 01171 - CEP 01059-970 - São Paulo - SP - www.pormassas.org